

Corrente Proletária Na Educação

Escreva para
Nosso E-mail:
por.ceara@gmail.com.
Visite nosso site:
www.pormassas.org

**Abril
2021**



Boletim da Corrente Proletária na Educação

Oposição Sindical no Sindiute

Duro Golpe: Aprovada reforma da previdência em Fortaleza

Por ampla maioria de votos (30 contra 11), a base do prefeito José Sarto (PDT), na Câmara Municipal, aprovou nesta quarta (14/04) o texto base da reforma previdenciária do município de Fortaleza. Poucas emendas serão discutidas agora, após as quais seguirá o texto para sanção do executivo.



Entre as regras aprovadas estão: a) aumento da alíquota de desconto previdenciário de 11% para 14%; b) sua extensão aos aposentados e pensionistas; c) ampliação da contrapartida da prefeitura de 22% para 24%; d) mudança da regras para o benefício das pensões (ao invés de 100% do valor da aposentadoria, os beneficiários receberão apenas 50% + 10% para cada dependente e 15% se a aposentadoria for por invalidez; e) aumento da idade mínima adaptando-se às regras da EC 103 e passando de 60 para 65 anos (homens) e 55 para 62 anos (mulher); f) manutenção da aposentadoria especial dos professores porém com aumento no tempo de contribuição/idade (30 anos de contribuição + 60 de idade (homem) e 25 anos de contribuição + 57 de idade (mulher).

A reforma também estabelece ainda: g) os que receberem acima do teto do INSS (R\$ 6.430,00) terão desconto extra, sobre o valor excedente, que irá para o regime de previdência complementar; h) criação do sistema de

capitalização para novos servidores que ingressarem depois da reforma; i) valor da aposentadoria sendo de apenas 60% da média dos 90% maiores salários acrescido de contribuição de 2% para cada ano que ultrapassar o tempo mínimo de 20 anos de

contribuição - mudança que extingue a possibilidade de se aposentar com o último salário da ativa; j) fim da paridade de cálculo de reajuste dos servidores da ativa e inativos.

Além da reforma da previdência propriamente dita, a Prefeitura aproveitou para avançar sobre direitos estatutários dos servidores como fim das férias de janeiro (transformada em recesso de 15 dias), licença prêmio (reduzida de 3 para 1 mês de licença a cada 6 anos trabalhados, anuênio de 1% apenas para servidores que completarem 25 anos de serviço).

A reforma da previdência municipal, como se pode ver, inclui elementos de reforma administrativa e introduz o sistema de capitalização; trata-se, portanto, de uma reforma previdenciária ainda pior que a de Bolsonaro em 2019. A aprovação da maldita reforma tem mostrado que, malgrado as divergências entre os partidos burgueses, a unidade se impõe quando se trata de destruir direitos e rebaixar as condições de vida do funcionalismo. Na Câmara Municipal,

parte da base de oposição de direita (ligada ao Dep. Capitão Wagner/PROS) votou com os Ferreira Gomes/PDT

A prefeitura tentou justificar a reforma alegando ora o suposto déficit nas contas do IPM, ora a pressão do governo Federal, impossibilitando estados e município de receberem

verbas voluntárias da União e empréstimos ligados à administração federal, enquanto não realizassem mudanças em seus regimes próprios. Em ambos os casos, a farsa foi desmascarada. Restou a Sarto aprovar assim mesmo a reforma com ajuda da reacionária bancada evangélica e policial.

Os sindicatos de servidores (Sindifort, Sindiute, SindiSaude etc.) que já limitavam as atividades presenciais e ato de rua contra a reforma, recuaram completamente com o agravamento da contaminação e os decretos de lockdown do governador Camilo Santana/PT. As campanhas e ações passaram a ser 100% via redes sociais. Os próprios vereadores deixaram de lado as reuniões presenciais (incluindo das comissões especiais na Câmara) e passaram a ditar o ritmo da aprovação em suas casas, em sessões virtuais. As condições para a resistência do funcionalismo ficaram cada vez mais restritas. A burocracia sindical, livrou-se da possibilidade de pressão da vanguarda militante e de um setor de base por atos de rua. Pode tranquilamente reunir-se virtualmente com representantes da prefeitura e negociar as poucas migalhas que estes ofereciam.

As medidas de ataque do governo Sarto/PDT impuseram a pior derrota ao magistério municipal em toda sua história. Nunca se viu retrocesso tão profundo. A brutal retirada de



direitos, contudo, ainda não atingiu os salários dos professores, mas este, brevemente, sofrerá também com as medidas futuras de arrocho. Que os trabalhadores em educação retomem o caminho da luta! Que construam uma oposição classista e combativa e aprendam, pela própria experiência,

que não há vitória senão através da unidade geral dos trabalhadores contra os duros golpes dos capitalistas e seus governos (expressão da decomposição capitalistas) com base na ação direta e de massa

Sarto foi eleito com ajuda do PT, PC do B e das direções sindicais

A reforma da previdência que agora ataca com vigor o funcionalismo municipal há muito vem sendo aprovada em estados e municípios. Os governos FHC/PSDB e Lula/PT foram os primeiros em aprovar medidas de ataque à aposentadoria dos servidores e magistério. FHC introduzia a idade mínima e Lula inaugurou a contribuição de inativos. O POR que lutou todos esses anos contra as reformas previdenciárias, denunciou que tanto os partidos burgueses como PT/PC do B implantavam as malditas reformas que destruíam a previdência pública. Assim ocorreu quando Camilo Santana/PT aprovou sua duríssima reforma, ainda no final de 2019.

Sarto/PDT haveria de fazer a mesma coisa em âmbito municipal. PT e PC do B sabiam que ela estaria entre as primeiras medidas do candidato a prefeito. As direções sindicais do Sindiute, Sindifort, Sindsaúde, Sinasce e cia. sabiam igualmente, mas tiveram de calar-se ao declarar apoio ao candidato dos Ferreira Gomes. Agora lamentam, criticam e resmungam o fato consumado.

Sarto conseguiu mais facilmente implantar sua reforma, porque as direções colaboracionistas já haviam preparado por dentro do movimento condições política as mais propícias. O POR chama os trabalhadores a não confiarem nestas direções sindicais, a não seguirem a política de conciliação de classes, mas confiar em suas próprias forças e capacidade de mobilização

